

1. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **INCORRETO** afirmar:
- O casamento é civil e gratuito a celebração, tendo o casamento religioso efeito civil, nos termos da lei.
 - O casamento civil somente pode ser dissolvido pelo divórcio.
 - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
 - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. Mas, entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
2. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmações a seguir.
- A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação, inclusive por parte de estrangeiros.
 - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
 - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, não admitido, contudo, a participação de entidades não governamentais.
 - Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- Estão corretas:
- Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
 - Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - Todas as afirmativas estão corretas.
3. No que se refere a proteção ao meio ambiente, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
 - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores pessoas físicas as sanções penais e as pessoas jurídicas as sanções administrativas.
 - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e por isso sua utilização e/ou exploração está vedada.
 - São disponíveis as terras devolutas e arrecadadas pelos Estados.
 - É possível a exploração de recursos minerais ficando o explorador, contudo, obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – F – F – V
 - F – V – V – F – V
 - V – F – V – F – F
 - V – F – F – V – V
4. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Neste sentido, marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- É princípio da seguridade social universalidade da cobertura e do atendimento.
 - É princípio da seguridade social o caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo.
 - É princípio da seguridade social a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios (mas não na prestação de serviços).
 - É princípio da seguridade social a isonomia na forma de participação no custeio.
 - É princípio da seguridade social a unicidade da base de financiamento.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – F – V – V
 - F – V – F – F – V
 - V – F – V – F – F
 - V – F – F – F – F
5. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é **INCORRETO** afirmar que:
- Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
 - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando todavia o orçamento da União.
 - A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber incentivos creditícios.
 - São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades beneficentes de assistência social.
6. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, quanto a Saúde, é **INCORRETO** afirmar:
- Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir, independente de concurso e/ou licitação, agentes comunitários de saúde e agentes de combate quando das endemias.
 - É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.
 - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
 - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, mediante contrato de direito público ou convênio.
7. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise as afirmações a seguir.
- Ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
 - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
 - A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
 - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, salvo nos casos previstos em lei e dependentes de autorização de órgãos públicos.
 - As empresas públicas poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- Estão corretas:
- Todas as afirmativas estão corretas.
 - Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
 - Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
8. Marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
 - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de cem mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende todas as exigências do plano diretor.
 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio.
 - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- V – F – F – V – V
 - F – V – V – F – V
 - V – F – F – F – V
 - V – F – V – F – F

9. Marque **V** ou **F**, conforme as afirmações a seguir sejam **verdadeiras** ou **falsas**.
- () Os Territórios integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.
 - () Os Estados podem incorporar-se entre si ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, através de aprovação via plebiscito e votação na Assembleia Legislativa.
 - () A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
 - () É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
 - () É vedado à União recusar fé aos documentos públicos.
- A sequência correta, de cima para baixo, é:
- a) V – F – V – F – F
 - b) F – F – V – V – V
 - c) F – V – F – F – V
 - d) V – F – F – V – V
10. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é **INCORRETO** afirmar que:
- a) No que se refere às contribuições dos servidores públicos, lei específica poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - b) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
 - c) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
 - d) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
11. Acerca da responsabilidade civil do Estado é **INCORRETO** afirmar:
- a) A indenização devida ao lesado abrange os danos emergentes (materiais e morais) e os lucros cessantes, assim como eventuais acréscimos (honorários advocatícios, correção monetária, juros de mora).
 - b) O agente causador do dano responde pela restituição dos valores desembolsados pelo Estado, em ação regressiva, cabendo-lhe integralmente o ônus de demonstrar que não obrou com culpa ou dolo para o evento, diante da presunção ditada pela sentença condenatória lançada em desfavor do ente público.
 - c) Trata-se de responsabilidade objetiva, não estando o prejudicado obrigado a provar o dolo ou culpa do agente causador do dano, bastando a existência de nexo causal entre a ação ou omissão e o resultado danoso.
 - d) A responsabilidade civil do Estado é independente das responsabilidades criminal e administrativa dos agentes públicos.
12. Assinale a alternativa **FALSA**:
- a) A lei que isenta os reconhecidamente pobres do pagamento dos emolumentos relativos à expedição de registro civil de nascimento e de óbito e a primeira certidão viola o princípio da proporcionalidade.
 - b) A fiscalização dos atos notariais e de registro é exercitada pelo Poder Judiciário.
 - c) Embora tipicamente estatais, as atividades notariais e de registro são exercidas em caráter privado, por delegação do Poder Público.
 - d) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
13. A regra, para os contratos administrativos, é de que não podem ultrapassar os limites de vigência dos créditos orçamentários correspondentes. Acerca do tema, é verdadeiro afirmar:
- a) Existem exceções, dentre os quais os contratos que prevejam a aquisição de bens em período continuado.
 - b) Existem exceções, dentre os quais os projetos relacionados no Plano Plurianual e os pactos que expressem serviços contínuos.
 - c) Existem exceções, dentre os quais os projetos relacionados no Plano Plurianual e as avenças que indiquem prestação de serviços e compras de produtos, executados de forma contínua.
 - d) Não existem exceções, observando-se sempre o orçamento e a sua vigência.
14. São bens que **NÃO** integram o patrimônio da União:
- a) As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica.
 - b) As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países e as praias marítimas; as ilhas oceânicas e costeiras, inclusive, destas, as que contenham a sede de Municípios.
 - c) Os terrenos de marinha e seus acrescidos, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
 - d) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, os que banham mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.
15. Constitui-se em direito real de natureza pública, impondo ao detentor do domínio a obrigação de suportar um ônus parcial sobre a coisa de sua propriedade, em benefício de um serviço público ou de um bem afetado a um serviço público:
- a) Tombamento.
 - b) Desafetação.
 - c) Ocupação temporária.
 - d) Servidão administrativa.
16. Assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) A desapropriação desenvolve-se por meio de uma sucessão de atos definidos em lei, que espelham duas fases distintas, a declaratória e a executória, abrangendo, a última, uma etapa administrativa e outra judicial.
 - b) A desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade.
 - c) A desapropriação indireta é a que se verifica sem o cumprimento das exigências legais, sendo equiparada, de costume, ao esbulho possessório.
 - d) A retrocessão é o direito que tem o expropriado de buscar o retorno de seu bem, caso o mesmo não tenha merecido o destino indicado à desapropriação.
17. A Administração Pública submete-se ao controle judicial, cabendo ao Poder Judiciário – que detém o monopólio da função jurisdicional – analisar os atos por ela perpetrados, de qualquer natureza, sejam gerais ou individuais, unilaterais ou bilaterais, vinculados ou discricionários, em especial sob os aspectos da legalidade e da moralidade. Em juízo, a Administração Pública traz consigo alguns privilégios, com **EXCEÇÃO** de:
- a) Prazos dilatados, contando com tempo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
 - b) Pagamento, ao final, das despesas provenientes dos atos processuais postulados por seus representantes.
 - c) Processo especial para cumprimento das obrigações pecuniárias impostas em sentença.
 - d) Duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença prolatada em seu desfavor, independentemente do valor da condenação.
18. São princípios estruturadores do processo administrativo em geral e de obrigatoriedade observância:
- a) Legalidade objetiva, atipicidade, formalismo e confidencialidade.
 - b) Tipicidade, informalismo, inércia e gratuidade.
 - c) Legalidade objetiva, oficialidade, informalismo e publicidade.
 - d) Legalidade objetiva, confidencialidade, inércia e gratuidade.
19. Acerca do Mandado de Segurança, é **ERRADO** afirmar:
- a) A sentença de improcedência revoga automaticamente, caso antes concedida, a liminar proferida.
 - b) Concedida a segurança, indispensável o reexame do julgado em duplo grau de jurisdição.
 - c) Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.
 - d) A sentença que conceder o mandado de segurança não pode ser executada provisoriamente.

20. É o princípio pelo qual se espera alcançar o melhor desempenho possível, no tocante ao modo de agir dos agentes, e de angariar os melhores resultados na prestação dos serviços, no pertinente à atuação da Administração Pública:
- Finalidade.
 - Proporcionalidade.
 - Motivação.
 - Eficiência.
21. Com base nas súmulas do STF e do STJ assinale a alternativa **ERRADA**:
- O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
 - Não são isentas de imposto de renda as indenizações de férias proporcionais e o respectivo adicional.
 - Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
 - O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
22. Em relação ao Imposto de Renda Pessoa Física devido pelos titulares dos serviços notariais e de registro assinale a alternativa correta:
- Os rendimentos auferidos em decorrência dos serviços notariais e de registro são isentos do imposto de renda pessoa física.
 - Estão sujeitos ao pagamento mensal do imposto a título de antecipação os tabeliães, notários, oficiais públicos e outros, quando não forem remunerados exclusivamente pelos cofres públicos.
 - É permitida a dedução da base de cálculo do IRPF em relação a remuneração paga a terceiros com vínculo empregatício e vedada em relação aos respectivos encargos previdenciários.
 - É vedada a utilização do livro caixa por tratar-se de rendimentos do trabalho não assalariado.
23. Assinale a alternativa correta:
- O imposto transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos é de competência exclusiva dos Municípios e do Distrito Federal.
 - O imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição é de competência dos Estados e do Distrito Federal.
 - Compete exclusivamente aos Municípios a instituição da Contribuição de Melhoria.
 - Compete exclusivamente à União instituir empréstimos compulsórios.
24. Assinale a alternativa correta:
- O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após dez anos.
 - O reconhecimento inequívoco do débito por parte de um dos devedores solidários interrompe a prescrição em relação aos demais.
 - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
 - A comprovação do pagamento da prestação tributária do mês de dezembro importa em presunção do pagamento dos meses anteriores.
25. Assinale a alternativa correta:
- Como regra, o adquirente de bem imóvel é responsável tributário pelos impostos cujo fato gerador seja a propriedade relativamente a períodos anteriores a data da aquisição.
 - Tributo é toda prestação pecuniária voluntária.
 - A instituição de empréstimo compulsório deve ocorrer por intermédio de lei ordinária.
 - A imunidade recíproca é aquela direcionada aos livros, jornais, periódicos e ao papel destinado a sua impressão:
26. Assinale a alternativa correta.
- Todos os títulos deverão ser registrados até a hora do encerramento do serviço.
 - Nenhuma exigência fiscal, ou dívida, obstará a apresentação de um título, nem o seu lançamento no protocolo com o respectivo número de ordem.
 - Os títulos apresentados para exame precisarão ser apontados.
 - As anotações e averbações obrigatórias deverão ser registradas, podendo, ainda, os atos de registro serem praticados: por ordem judicial; a requerimento verbal ou escrito dos interessados; ou a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.
- Apenas II e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
27. Decorrem do princípio da publicidade dos atos registrais as seguintes regras:
- O requerimento de certidão de registro independe de motivação, tornando-se possível, ainda, a assinatura com uso de certificado digital, que atenderá os requisitos da Infraestrutura de Chaves Pública, quando o acesso ou envio das informações for realizado através da rede mundial de computadores.
 - A certidão será ordinariamente lavrada independentemente de despacho judicial, mencionando-se o livro do registro ou o documento arquivado em cartório.
 - A certidão será lavrada apenas em inteiro teor ou em resumo, não podendo ser retardada por mais de cinco dias, devendo sempre estar devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais.
 - Sempre que houver qualquer alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida, deve o oficial mencioná-la, obrigatoriamente, não obstante as especificações do pedido, sob pena de exclusiva responsabilidade penal, devendo a modificação ser anotada na própria certidão, contendo a inscrição de que "a presente certidão envolve elementos de averbação à margem do termo".
- Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Apenas I e IV estão corretas.
28. Sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos respectivos serviços notariais e de registro, pode-se afirmar:
- Os valores dos emolumentos constarão de tabelas e serão expressos em moeda corrente do País, levando-se em conta os atos comuns aos vários tipos de serviços notariais e de registro e os atos específicos de cada serviço, classificados em: atos relativos a situações jurídicas, sem conteúdo financeiro, cujos emolumentos atenderão às peculiaridades socioeconômicas de cada região; atos relativos a situações jurídicas, com conteúdo financeiro, cujos emolumentos serão fixados mediante a observância de faixas que estabeleçam valores mínimos e máximos, nas quais enquadrar-se-á o valor constante do documento apresentado aos serviços notariais e de registro.
 - A fixação do valor dos emolumentos é de competência da União e levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro.
 - O princípio da anterioridade não se aplica para a fixação do valor dos emolumentos.
 - É vedado cobrar emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro, bem como cobrar das partes interessadas quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos; mas não é proibido fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.

29. Assinale a alternativa incorreta.

- a) São deveres dos notários e dos oficiais de registro: manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza; atender prioritariamente as requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhes forem solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em juízo; manter em arquivo as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade; proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada; guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão; afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor; observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício; dar recibo dos emolumentos percebidos; observar os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício; fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar; facilitar, por todos os meios, o acesso à documentação existente às pessoas legalmente habilitadas; encaminhar ao juízo competente as dúvidas levantadas pelos interessados, obedecendo a sistemática processual fixada pela legislação respectiva; observar as normas técnicas estabelecidas pelo juízo competente.
- b) O notário e o registrador titular não poderão praticar, pessoalmente, qualquer ato de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou de parentes, na linha reta, ou na colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- c) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão, admitindo-se, excepcionalmente, dos serviços de tabeliães e oficiais de registro nos municípios que não comportarem a instalação de mais de um dos serviços, ante a demanda ali existente.
- d) Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem, assegurado amplo direito de defesa, às seguintes penas impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação: repreensão, no caso de falta leve; multa, no caso de reincidência ou infração que não configure falta mais grave; suspensão por 60 dias, prorrogável por mais 30 dias, em caso reiterado de descumprimento dos deveres ou de falta grave; e perda da delegação.

30. Sobre a habilitação de casamento, pode-se dizer:

- I. O órgão do Ministério Público terá vista dos autos para manifestar-se sobre o pedido e requerer o que for necessário à sua regularidade, podendo exigir a apresentação de atestado de residência, firmado por autoridade policial, ou qualquer outro elemento de convicção admitido em direito; ou, ainda, impugnar o pedido ou a documentação, hipótese na qual os autos serão encaminhados ao Juiz, que decidirá sem recurso.
 - II. Se houver apresentação de impedimento, o oficial dará ciência do fato aos nubentes, para que indiquem em 10 dias prova que pretendam produzir, e remeterá os autos a juízo.
 - III. Produzidas as provas pelo oponente e pelos nubentes, no prazo de 10 dias, os interessados e o Ministério Público se manifestarão em 5 dias, decidindo o Juiz em igual prazo.
 - IV. Se o interessado quiser justificar fato necessário à habilitação para o casamento, deduzirá sua intenção perante o Juiz competente, em petição circunstanciada indicando testemunhas e apresentando documentos que comprovem as alegações. Ouidas as testemunhas no prazo de 5 dias, o Ministério Público terá 24 horas para manifestar-se, decidindo o Juiz em igual prazo, com recurso.
- a) Apenas I e III estão corretas.
 - b) Apenas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas II e III estão corretas.
 - d) Apenas I e II estão corretas.

31. Sobre o óbito, assinale a resposta correta.

- I. O assento de óbito de criança de menos de um ano somente poderá ser realizado pelo oficial se tiver sido efetuado o registro de nascimento; e, em caso de falta, será previamente feito.
 - II. A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por dois médicos ou por um médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.
 - III. Não é cabível o assento posterior ao enterro, quando ausente o atestado de médico ou de duas pessoas qualificadas.
 - IV. O assentamento de óbito ocorrido em hospital, prisão ou outro qualquer estabelecimento público será feito, na falta de declaração de parentes, pela respectiva administração, precedido de autorização judicial.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas II e III estão corretas.
 - c) Apenas I e IV estão corretas.
 - d) Apenas I e III estão corretas.

32. Para a lavratura dos atos notariais de que trata a Lei nº 11.441/07:

- I. Aplicam-se as regras de competência do Código de Processo Civil.
 - II. É facultada aos interessados a opção pela via judicial ou extrajudicial; podendo ser solicitada, a qualquer momento, a suspensão, pelo prazo de 30 dias, ou a desistência da via judicial, para promoção da via extrajudicial.
 - III. É necessária a presença do advogado, munido de procuração, ou do defensor público, na lavratura das escrituras decorrentes da Lei 11.441/07, nelas constando seu nome e registro na OAB.
 - IV. É desnecessário o registro de escritura pública decorrente da Lei nº 11.441/2007 no Livro "E" de Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, entretanto, o Tribunal de Justiça deverá promover, no prazo de 180 dias, medidas adequadas para a unificação dos dados que concentrem as informações dessas escrituras no âmbito estadual, possibilitando as buscas, preferencialmente, sem ônus para o interessado.
- a) Apenas II e IV estão corretas.
 - b) Apenas II e III estão corretas.
 - c) Apenas I e II estão corretas.
 - d) Apenas I e III estão corretas.

33. Sobre as escrituras públicas de inventário e partilha:

- I. Admite-se o inventário negativo.
 - II. É obrigatória a nomeação de inventariante, para representar o espólio, observando-se a ordem de inventariância disposta na lei processual civil.
 - III. O inventário extrajudicial pode ser promovido por cessionário de direitos hereditários.
 - IV. A existência de credores do espólio impedirá a realização do inventário e partilha, ou adjudicação, por escritura pública.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas I e IV estão corretas.
 - c) Apenas II e III estão corretas.
 - d) Apenas I e III estão corretas.

34. Sobre os imóveis públicos de parcelamento do solo urbano:

- a) Não será exigido, para transferência de domínio, formalização da doação de áreas públicas pelo loteador nos casos de parcelamentos urbanos realizados na vigência do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.
- b) O município poderá solicitar ao registro de imóveis competente a abertura de matrícula de parte ou da totalidade de imóveis públicos oriundos de parcelamento do solo urbano, ainda que não inscrito ou registrado, bastando a planta, o memorial descritivo e a comprovação de intimação dos confrontantes.
- c) Será exigido, para transferência de domínio, formalização da doação de áreas públicas pelo loteador nos casos de parcelamentos urbanos realizados na vigência do Decreto-Lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937.
- d) Recebido o requerimento e verificado o atendimento aos requisitos previstos neste artigo, o oficial do registro de imóveis abrirá a matrícula em nome do Município, devendo-se verificar o regime jurídico do bem público.

35. Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação prevista na alínea a do item 3 do inciso II do § 1º será obtida:
- A partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a dez módulos fiscais.
 - A partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais.
 - A partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pela Secretaria de Patrimônio da União, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais.
 - A partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pela Secretaria de Patrimônio da União, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a dez módulos fiscais.
36. Sobre o processo de dúvida:
- A decisão tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente.
 - Se o interessado não impugnar a dúvida no prazo de 15 dias, será ela, ainda assim, julgada por sentença.
 - Impugnada a dúvida com os documentos que o interessado apresentar, será ouvido o ministério público, no prazo de dez dias.
 - Da sentença, poderão interpor apelação, sem duplo efeito, o interessado, o ministério público e o terceiro prejudicado.
- Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
37. Sobre a remição da hipoteca:
- Se o credor, citado, não se opuser à remição, ou não comparecer, lavrar-se-á termo de pagamento e quitação e o Juiz ordenará, por sentença, o cancelamento de hipoteca.
 - Se o credor, citado, comparecer e impugnar o preço oferecido, o Juiz mandará promover a licitação entre os credores hipotecários, os fiadores e o próprio adquirente, autorizando a venda judicial a quem oferecer maior preço.
 - Se o credor de segunda hipoteca, embora não vencida a dívida, requerer a remição, juntará o título e certidão da inscrição da anterior e depositará a importância devida ao primeiro credor, pedindo a citação deste para levantar o depósito e a do devedor para dentro do prazo de cinco dias remir a hipoteca, sob pena de ficar o requerente sub-rogado nos direitos creditórios, sem prejuízo dos que lhe couberem em virtude da segunda hipoteca.
 - Se o primeiro credor estiver promovendo a execução da hipoteca, a remição, que abrangerá a importância das custas e despesas realizadas, poderá se efetuar antes da primeira praça, mesmo depois de assinado o auto de arrematação.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
38. A letra imobiliária:
- Emitida por sociedade de crédito imobiliário terá preferência sobre os bens do ativo da sociedade emitente em relação a quaisquer outros créditos contra a sociedade, exceto os de natureza fiscal ou parafiscal.
 - Pode ser emitida pela sociedade de crédito imobiliário juntamente com debêntures ou obrigações ao portador.
 - Não possui a natureza de título executivo para a cobrança do respectivo principal e juros.
 - Emitida por sociedade de crédito imobiliário poderá ser garantida com a obrigação de outras empresas privadas.
39. Sobre o reconhecimento extrajudicial da paternidade:
- É possível reconhecer filho na ata de casamento.
 - O oficial deverá remeter ao juiz certidão integral do registro de nascimento do menor apenas com a maternidade estabelecida, quando ela indicar o suposto pai.
 - O não comparecimento do suposto pai, devidamente notificado à audiência determinada judicialmente, enseja a presunção de reconhecimento da paternidade.
 - Sempre que na sentença de primeiro grau se reconhecer a paternidade, nela se fixarão os alimentos provisionais ou definitivos do reconhecido que deles necessite.
- Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
40. Sobre a cédula de produto rural:
- Representa a promessa de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída, podendo ser emitida pelo produtor rural e suas associações, mas não por cooperativas.
 - É título líquido e certo, exigível pela quantidade e qualidade de produto nela previsto.
 - A cédula de produto rural com liquidação financeira é título líquido e certo, exigível, na data do seu vencimento, pelo resultado da multiplicação do preço, apurado segundo os critérios previstos neste artigo, pela quantidade do produto especificado.
 - A não identificação dos bens objeto de alienação fiduciária não retira a eficácia da garantia, que poderá incidir sobre outros do mesmo gênero, qualidade e quantidade, de propriedade do garante.
- Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
41. Sobre a outorga onerosa do direito de construir:
- O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, ou seja, a relação entre a área edificável e a área do terreno, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
 - Não poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.
 - Os recursos auferidos com a adoção da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso serão aplicados com as finalidades previstas no estatuto das cidades.
 - Os limites máximos a serem atingidos pelos coeficientes de aproveitamento, considerarão a proporcionalidade entre a infraestrutura esperada e o aumento de densidade existente em cada área, nos últimos dez anos.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.

42. Sobre a retificação administrativa da matrícula, do registro ou da averbação, feita em desacordo com a lei de registros públicos:
- Quando a alteração da área ou dos limites do imóvel importar em transferência de terras públicas.
 - No prazo de cinco dias úteis, contado da prenotação do requerimento ao oficial do registro, procederá à retificação requerida e dela dará ciência ao proprietário, nos cinco dias seguintes à retificação.
 - Sem a possibilidade de instauração do processo de dúvida.
 - O feito tramitará, de qualquer maneira, perante a justiça estadual.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
43. A respeito do Programa Minha Casa, Minha Vida:
- Os documentos eletrônicos apresentados aos serviços de registros públicos ou por eles expedidos deverão atender aos requisitos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP e à arquitetura e-PING (Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico), conforme regulamento.
 - Os atos registrares praticados serão inseridos no sistema de registro eletrônico, no prazo de até 5 (cinco) anos a contar da publicação desta Lei.
 - O regulamento definirá os requisitos quanto a cópias de segurança de documentos e de livros escriturados de forma eletrônica, bem como a disponibilização, pelos serviços de registros públicos, das informações constantes de seus bancos de dados, conforme regulamento.
 - Os emolumentos devidos pelos atos de abertura de matrícula, registro de incorporação, parcelamento do solo, averbação de construção, instituição de condomínio, averbação da carta de "habite-se" e demais atos referentes à construção de empreendimentos no âmbito do PMCMV serão reduzidos em 50% para qualquer empreendimento.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
44. Depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, será feita, nas anotações do protocolo, referência ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro, ou a averbação, no livro respectivo, datando e rubricando. Por isso:
- O lançamento dos registros e das averbações nos livros respectivos será feito, também seguidamente, na ordem de prioridade do seu apontamento no protocolo, quando não for obstado por ordem de autoridade judiciária competente, ou por dúvida superveniente; neste caso, seguir-se-ão os registros ou averbações dos imediatos, sem prejuízo da data autenticada pelo competente apontamento.
 - Os títulos terão sempre um número diferente, segundo a ordem de apresentação, a menos que se refiram à mesma pessoa. O registro e a averbação deverão ser imediatos e, quando não o puderem ser, por acúmulo de serviço, o lançamento será feito no prazo estritamente necessário, e sem prejuízo da ordem da pre-notação. Em qualquer desses casos, o oficial, depois de haver dado entrada no protocolo e lançado no corpo do título as declarações prescritas, fornecerá um recibo contendo a declaração da data da apresentação, o número de ordem desta no protocolo e a indicação do dia em que deverá ser entregue, devidamente legalizado; o recibo será restituído pelo apresentante contra a devolução do documento.
 - O apontamento do título, documento ou papel no protocolo será feito, seguida e imediatamente um depois do outro. Sem prejuízo da numeração individual de cada documento, se a mesma pessoa apresentar simultaneamente diversos documentos de idêntica natureza, para lançamentos da mesma espécie, não serão eles lançados no protocolo englobadamente, mas por ordem apresentada.
 - Cada registro ou averbação será datado e assinado por inteiro, pelo oficial ou pelos servidores, separados, um do outro, por uma linha vertical.
45. Sobre o bem de família, pode-se afirmar que:
- É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.
 - O bem de família, instituído por força da lei, torna-se impenhorável, inclusive, por dívidas trabalhistas incidentes sobre o imóvel.
 - O bem de família, instituído por escritura pública, torna-se impenhorável em qualquer hipótese, exceto por dívida tributária.
 - Apenas admite-se a impenhorabilidade de bem imóvel.
46. Sobre o registro de lotes:
- Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido primeiramente perante aquela em que estiver localizada a maior parte da área loteada. Procedido o registro nessa circunscrição, o interessado requererá, sucessivamente, o registro do loteamento em cada uma das demais, comprovando perante cada qual o registro efetuado na anterior, até que o loteamento seja registrado em todas.
 - É defeso ao interessado processar simultaneamente, perante diferentes circunscrições, pedidos de registro do mesmo loteamento, sendo nulos os atos praticados.
 - O processo de loteamento e os contratos de depositados em cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo, independentemente do pagamento de custas ou emolumentos, ainda que a título de busca.
 - O oficial do registro de imóveis que efetuar o registro em desacordo com as exigências desta lei ficará sujeito a multa equivalente a cinco vezes os emolumentos regimentais fixados para o registro, na época em que for aplicada a penalidade pelo juiz corregedor do cartório, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.
- Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
47. Os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título para o registro da propriedade do lote adquirido, quando acompanhados da respectiva prova de quitação. Assim:
- A sentença declaratória de falência ou da insolvência de qualquer das partes rescindir os contratos de compromisso de compra e venda ou de promessa de cessão que tenham por objeto a área loteada ou lotes da mesma.
 - Qualquer alteração ou cancelamento parcial do loteamento registrado dependerá de acordo entre o loteador e os adquirentes de lotes atingidos pela alteração, bem como da aprovação pela prefeitura municipal, ou do distrito federal quando for o caso, sendo facultativo o depósito no registro de imóveis, em complemento ao projeto original com a devida averbação.
 - Aquele que adquirir a propriedade loteada mediante ato inter vivos, ou por sucessão causa mortis, sucederá o transmitente em todos os seus direitos e obrigações, ficando obrigado a respeitar os compromissos de compra e venda ou as promessas de cessão, em todas as suas cláusulas, sendo nula qualquer disposição em contrário, independentemente do direito do herdeiro ou legatário de renunciar à herança ou ao legado.
 - Quem se obrigou a concluir contrato de promessa de venda ou de cessão e não cumpriu a obrigação, se sujeitará à notificação para outorga do contrato ou oferecimento de impugnação no prazo de 15 dias, sob pena de proceder-se ao registro de pré-contrato, passando as relações entre as partes a serem regidas pelo contrato-padrão.
48. Sobre o registro de protesto, aponte a alternativa **INCORRETA**.
- Quando o sacado retiver a letra de câmbio ou a duplicata enviada para aceite e não proceder à devolução dentro do prazo legal, o protesto não poderá ser baseado na segunda via da letra de câmbio ou nas indicações da duplicata.
 - Após o vencimento, o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento, vedada a recusa da lavratura e registro do protesto por motivo não previsto na lei cambial.
 - O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação, ainda que antes do decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução.
 - O protesto será tirado apenas por falta de pagamento ou de devolução.

49. Sobre a averbação e o cancelamento do protesto:
- A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço poderá ser efetuada tão somente a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos.
 - O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada.
 - Na impossibilidade de apresentação do original do título ou documento de dívida protestado, será exigida a declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo.
 - O cancelamento do registro do protesto, se fundado em outro motivo que não no pagamento do título ou documento de dívida, será efetivado por determinação judicial, pagos os emolumentos devidos ao Tabelião.
- Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
50. A cédula de crédito bancário poderá:
- Jamais poderá ser protestada por indicação.
 - Ser protestada por indicação, em qualquer hipótese.
 - Ser protestada por indicação desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável, inclusive no caso de protesto parcial.
 - Ser protestada por indicação desde que o credor apresente declaração de posse da sua única via negociável, exceto no caso de protesto parcial.
51. Podem compor o negócio jurídico a condição, o termo e o encargo. No entanto:
- O negócio jurídico se invalida se subordinado a uma condição ilícita.
 - Quando um negócio jurídico é subordinado à termo inicial, a aquisição do direito fica suspensa até a sua implementação.
 - Se ao negócio for aposto um encargo, o exercício e a aquisição do direito ficam suspensos até que seja cumprido, independentemente de ser ou não imposto como condição suspensiva.
 - As condições impossíveis invalidam o negócio jurídico se resolutivas, e tem-se como inexistentes quando suspensivas.
52. São reconhecidas como dotadas de personalidade jurídica pessoas naturais e pessoas jurídicas. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:
- As fundações são instituídas por escritura pública ou testamento, com a dotação de bens livres, declarando a sua finalidade, que somente pode ser religiosa, moral, cultural ou de assistência.
 - As associações são constituídas por uma união de pessoas que se organizam para fins econômicos ou não econômicos, através de um estatuto social.
 - As sociedades individuais de responsabilidade limitada também são pessoas jurídicas de direito privado.
- Assinale a correta:
- Apenas a assertiva I é verdadeira.
 - Todas as assertivas são verdadeiras.
 - Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
 - Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
53. Em relação aos contratos, assinale a alternativa correta:
- Na doação, é possível estipular que os bens doados voltem ao patrimônio do doador caso o donatário faleça antes.
 - No contrato de compra e venda é possível a inclusão de cláusula de retrovenda, que implica na possibilidade do vendedor em reaver o imóvel caso o comprador se torne inadimplente.
 - O ascendente pode realizar compra e venda a um descendente independentemente da concordância dos demais, porém na doação tal concordância é indispensável.
 - A doação independe de aceitação do donatário, por ser ato unilateral.
54. Em relação ao Direito das Obrigações, assinale a alternativa correta:
- Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder antes da tradição sem culpa do devedor, a obrigação fica resolvida para ambas as partes.
 - Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, se ocorrer a perda ou deterioração da coisa, a obrigação se resolve.
 - É possível a compensação entre dívidas vencidas e a vencer.
 - Ocorre a confusão quando duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra.
55. Assinale a alternativa correta:
- O usufrutuário pode alugar o imóvel sob o qual detém o usufruto, e a renda deste obtida reverte em seu favor.
 - O bem gravado com usufruto não pode ser alienado.
 - O usufruto não pode ser estipulado por tempo determinado.
 - Direito a usufruto e direito real de habitação são o mesmo instituto.
56. Assinale a alternativa correta:
- O maior de 70 anos não pode casar.
 - Para o casamento de menores de 16 anos, basta a autorização de ambos os pais.
 - O menor de 18 anos que já tenha sido emancipado por seus pais através de escritura pública pode celebrar casamento independentemente da autorização de seus pais.
 - Após o divórcio decretado, é possível o casamento um dos ascendentes do ex-cônjuge.
57. Em relação ao registro de filhos, analise as assertivas em conformidade com o disposto no Código Civil.
- A lei presume que os filhos de mulheres casadas há mais de 180 dias são do marido, sendo dispensável a presença do pai no dia do registro.
 - Para registrar o filho nascido após a morte do marido, será necessária a concordância dos herdeiros, não recaindo nenhum tipo de presunção.
 - O reconhecimento voluntário do filho pode ser tanto direto no registro, como em escritura pública apartada.
 - O reconhecimento voluntário do filho pode ser anterior ao seu nascimento, e é por natureza irretroatável.
- Assinale a alternativa correta:
- São verdadeiras apenas as assertivas III e IV.
 - São verdadeiras apenas as assertivas I e II.
 - Todas as assertivas são verdadeiras.
 - São verdadeiras apenas as assertivas I, III e IV.
58. O casamento e a união estável são regidos por regime de bens, previstos no Código Civil. Com base nisso, analise as assertivas abaixo:
- Para que seja válido, o contrato de união estável deve ser feito sob a forma de escritura pública.
 - No contrato de união estável, o regime de bens deve ser obrigatoriamente o de comunhão parcial.
 - Para que seja válido, pacto antenupcial do casamento deve ser feito sob a forma de escritura pública.
 - O pacto antenupcial é sempre necessário, ainda que o regime de bens seja o da comunhão parcial.
- Assinale a alternativa correta:
- São verdadeiras apenas as assertivas I, III e IV.
 - São verdadeiras apenas as assertivas III e IV.
 - São verdadeiras apenas as assertivas II e III.
 - É verdadeira apenas a assertiva III.
59. Em relação ao divórcio
- O divórcio pode ser realizado mediante escritura pública, ainda que o casal tenha filhos menores.
 - Para concessão do divórcio, é necessário que haja a prévia separação do casal.
 - A partilha de bens é indispensável para realização do divórcio.
 - Caso haja estipulação de pensão alimentícia entre cônjuges, o divórcio não poderá ser realizado via extrajudicial, dependendo de homologação judicial.
- Assinale a alternativa correta:
- Nenhuma das assertivas é verdadeira.
 - Apenas a assertiva III é verdadeira.
 - São verdadeiras apenas as assertivas III e IV.
 - Todas as assertivas são verdadeiras.

60. Em relação à sucessão em geral:

- I. Se o herdeiro renunciar a herança, e depois sobrevier bem que este desconhecia, pode retratar-se e receber ao menos os direitos hereditários sobre este bem.
- II. Não se admite renúncia parcial, no entanto um herdeiro, a quem se testarem legados, pode aceita-los, repudiando a herança, ou aceitar a herança e renunciar os legados.
- III. Se um herdeiro renuncia a herança, não é possível que ninguém suceda representando o renunciante.
- IV. O herdeiro renunciante deve indicar quem se beneficiará com sua renúncia.

Assinale a alternativa correta:

- a) São verdadeiras apenas as assertivas I e IV.
- b) São verdadeiras apenas as assertivas I e III.
- c) São verdadeiras apenas as assertivas II e IV.
- d) São verdadeiras apenas as assertivas II e III.

61. Toda pessoa capaz pode elaborar testamento, como disposição de última vontade. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta:

- I. Aquele que possui herdeiros necessários pode dispor apenas de metade de seu patrimônio.
- II. Se o testamento ultrapassar a parte disponível, será rompido na sua totalidade.
- III. É sempre necessário que no testamento seja individualizado quem são os herdeiros, e quais bens específicos receberão.
- IV. Caso um herdeiro nomeado por testamento seja pré-morto, os seus descendentes poderão representar a sua parte na sucessão.

Assinale a alternativa correta:

- a) São verdadeiras apenas as assertivas I e IV.
- b) São verdadeiras apenas as assertivas I, III e IV.
- c) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- d) São verdadeiras apenas as assertivas I, II e IV.

62. Quando da abertura da sucessão:

- I. Os descendentes devem colacionar as doações feitas em vida pelo ascendente comum quando aberta a sucessão, a fim de igualar as legítimas, sob pena de sonegação.
- II. Se a doação não ultrapassar a parte disponível do ascendente comum, não precisa ser colacionada.
- III. O herdeiro que renunciar a herança não precisa colacionar os bens recebidos.
- IV. Se o herdeiro sonegar bens da herança perderá todos os seus direitos hereditários.

Assinale a alternativa correta:

- a) São verdadeiras apenas as assertivas III e IV.
- b) Apenas a assertiva I é verdadeira.
- c) São verdadeiras apenas as assertivas II e III.
- d) São verdadeiras apenas as assertivas I e II.

63. Considerando a proteção destinada às crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta:

- a) Se um dos genitores possui a guarda dos filhos, poderá representá-lo sozinho no interesse destes.
- b) Uma vez realizada a adoção, esta é irrevogável.
- c) O poder familiar pode ser transmitido aos avós.
- d) A adoção pode ser realizada por escritura pública, desde que ambos os pais concordem.

64. Assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a deserção de descendentes, nem por testamento.
- b) Se o herdeiro foi autor de homicídio doloso em relação ao cônjuge do autor da herança, será considerado indigno.
- c) O herdeiro indigno pode ser reabilitado pelos demais coerdeiros.
- d) Somente herdeiros necessários podem ser considerados indignos.

65. Assinale a alternativa correta:

- a) Em um inventário extrajudicial, não é possível a realização de cessão de direitos hereditários.
- b) Após transcorrido o prazo legal, não é mais possível a abertura de inventário extrajudicial.
- c) Se houver testamento válido, o inventário não poderá ser extrajudicial.
- d) A cessão de direitos hereditários, realizada em escritura pública, deve sempre especificar o bem que está sendo cedido.

66. Quanto ao empresário é correto afirmar, **EXCETO**, que:

- a) O empresário, caso venha a admitir um sócio, poderá requerer a transformação de sua inscrição para sociedade empresária.
- b) A constituição de estabelecimento secundário deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- c) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- d) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede é obrigatória apenas depois do início de sua atividade.

67. Quanto à empresa individual de responsabilidade limitada é correto afirmar, **EXCETO**, que:

- a) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- b) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.
- c) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.
- d) A empresa individual de responsabilidade limitada deverá ser constituída com um capital social máximo de 100 salários mínimos.

68. Quanto às sociedades é correto afirmar, **EXCETO**, que:

- a) Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.
- b) A sociedade adquire personalidade jurídica com a inscrição, no registro próprio e na forma da lei, dos seus atos constitutivos.
- c) A sociedade simples não poderá adotar um dos tipos regulados de sociedades empresárias.
- d) A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.

69. Quanto ao estabelecimento é correto afirmar, **EXCETO**, que:

- a) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência.
- b) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.
- c) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição e de publicado na imprensa oficial.
- d) Considera-se estabelecimento o complexo de bens organizado, para exercício da empresa apenas por sociedade empresária.

70. Quanto à sociedade simples é correto afirmar, **EXCETO**, que:

- a) Responde por perdas e danos perante a sociedade o administrador que realizar operações, sabendo ou devendo saber que estava agindo em desacordo com a maioria.
- b) O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.
- c) A administração da sociedade, nada dispondo o contrato social, compete separadamente a cada um dos sócios, de modo que as operações pretendidas por um sócio não poderão ser impugnadas pelos outros.
- d) Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária.

71. Das partes e dos procuradores, assinale a assertiva **INCORRETA**:

- a) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- b) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- c) A autorização do marido e a outorga da mulher podem suprir-se judicialmente, quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.
- d) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.

72. Das assertivas abaixo sobre atos e prazos no Processo Civil, assinale a assertiva correta:

- a) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho, não podendo ser praticados de ofício pelo servidor.
- b) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- c) Todos os atos processuais são públicos, sem exceção legal.
- d) É permitido às partes, desde que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

73. Sobre liquidação de sentença e cumprimento de sentença, assinale a assertiva correta:

- a) Far-se-á a liquidação por artigos, determinado pela sentença ou convencionado pelas partes.
- b) A sentença arbitral não configura título executivo judicial.
- c) O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange também o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas ou viúvas.
- d) Da decisão de liquidação caberá apelação.

74. Das assertivas abaixo sobre Processo Civil, assinale a assertiva correta:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença sem resolução de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- c) Na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória.
- d) No processo cautelar o requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.

75. Assinale abaixo a assertiva correta:

- a) Compete à justiça federal julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a Anatel não seja litisconsorte necessária, assistente, nem oponente.
- b) Não cabe ação monitória para haver saldo remanescente oriundo de venda extrajudicial de bem alienado fiduciariamente em garantia.
- c) Nos contratos bancários, é permitido ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.
- d) Compete a turma recursal processar e julgar o mandado de segurança contra ato do juízo especial.

76. É certo afirmar:

- I. Diante das convenções internacionais, os efeitos da sentença penal estrangeira no Brasil são ilimitados.
- II. A inimputabilidade é uma das causas de exclusão da culpabilidade. O crime persiste, mas não se aplica pena, por ausência de reprovabilidade.
- III. A pena pode ser reduzida se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- IV. No concurso de crimes não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, não comportando exceções por se tratar de direito de personalidade.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

77. É certo afirmar:

- I. Crime é um fato típico, antijurídico e culpável.
- II. O resultado, de que depende a existência do crime, é imputável tanto a quem deu quanto a quem não lhe deu causa.
- III. A Lei penal brasileira por ser soberana se sobrepõe aos tratados e convenções internacionais, sendo de aplicação absoluta.
- IV. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

78. É certo afirmar:

- I. O reincidente condenado a detenção pode iniciar o cumprimento da sua pena no regime fechado.
- II. Tendo a pena finalidade preventiva, essa prevenção pode ser dividida em geral e especial.
- III. O trabalho do preso será remunerado de acordo com a sua produtividade. Portanto, somente será remunerado se efetivamente produzir coisa com valor econômico.
- IV. O condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

79. É certo afirmar:

- I. Causas de aumento ou de diminuição são fatores de acréscimo ou redução da pena, assinalados em quantidades fixas ou em limites, previstos na parte geral ou especial do Código Penal.
- II. No concurso de crimes as penas de multa são aplicadas igualmente e integralmente.
- III. No concurso de infrações, executar-se-á primeiramente a pena mais grave, não se admitindo a absorção da contravenção pelo crime.
- IV. Há concurso ideal quando o agente pratica dois ou mais crimes mediante uma só conduta (positiva ou negativa), embora sobrevenha dois ou mais resultados puníveis.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

80. É certo afirmar:

- I. Havendo anúncio de assalto em circunstâncias capazes de configurar grave ameaça, independentemente da exibição da arma, é roubo e não furto.
- II. Qualquer pessoa pode ser sujeito ativo do crime de furto.
- III. Desde que tenha valor econômico a energia elétrica se equipara à coisa móvel, podendo, assim, ser furtada.
- IV. Suprimir ou alterar, indevidamente, em gado ou rebanho alheio, marca ou sinal indicativo de propriedade se constitui em contravenção penal.

Analisando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

81. É certo afirmar:

- I. Contrair casamento, induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior se constitui em crime de induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.
- II. O crime de adultério tem por objeto jurídico a organização jurídica da família e do casamento.
- III. Somente o Estado pode ser sujeito passivo no crime de falsificação de documento público.
- IV. O dolo no crime de moeda falsa consiste na vontade de falsificar, com consciência do curso legal e da possibilidade de vir a moeda a entrar em circulação. Na escola tradicional aponta-se o dolo genérico. Não há modalidade culposa.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

82. É certo afirmar:

- I. Contrabando e descaminho são figuras sinônimas de crimes tributários, de modo que na sua facilitação o funcionário público comete crime contra a administração pública.
- II. Constitui peculato o funcionário público se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- III. O delito de emprego irregular de verbas ou rendas públicas somente pode ser cometido pelo funcionário público; apresenta figura qualificada quando o agente ocupar cargo em comissão, função de direção ou de assessoramento.
- IV. Crime de prevaricação é todo ato cometido pelo funcionário público ou particular no descumprimento da Lei.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.

83. É certo afirmar:

- I. A pena unificada para atender ao limite de trinta anos de cumprimento, determinado pelo Código Penal, é considerada para a concessão de outros benefícios, como o livramento condicional ou regime mais favorável de execução.
- II. A medida de segurança não será aplicada em segunda instância, quando só o réu tenha recorrido.
- III. A reincidência influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- IV. Não se admite continuidade delitiva nos crimes contra a vida.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II e IV estão corretas.

84. É certo afirmar:

- I. Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo.
- II. A incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- III. No caso de concurso de material, para cálculo do prazo prescricional, deve ser considerada a totalidade da pena obtida.
- IV. O crime de extorsão consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.

85. É certo afirmar:

- I. É admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a 4 (quatro) anos se favoráveis às circunstâncias judiciais.
- II. A punição do intermediador, no jogo do bicho, depende da identificação do “apostador” ou do “banqueiro”.
- III. Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por esse absorvido.
- IV. Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu, prescinde de prova documental hábil.

Analizando as proposições, pode-se afirmar:

- a) Somente as proposições II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

86. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta:

- a) A correição permanente, pelos cartórios em geral, compreende a inspeção de juízes, presídios, repartições forenses e atividades dos servidores.
- b) A Correição tem forma e figura de juízo, consistindo no exame dos serviços realizados por juízes, cartórios e atividades forenses.
- c) A correição permanente, pelos juízes em geral, compreende tão somente a inspeção de cartórios, e repartições forenses.
- d) A Correição não tem forma nem figura de juízo, consistindo no exame dos serviços realizados por juízes, cartórios e atividades forenses.

87. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, as Comarcas serão, dentre outros, classificadas pelos seguintes critérios:

- I. Número de habitantes e eleitores.
- II. Receita per capita.
- III. Movimento forense.
- IV. Situação geográfica.

- a) Apenas I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas I e IV estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

88. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, são ofícios de justiça do foro extrajudicial, dentre outros:

- I. Tabelionato de notas.
- II. Tabelionato de protesto de títulos.
- III. Cartório de registro de imóveis.
- IV. Ofício de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas.

- a) Apenas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I e III estão corretas.
- c) Apenas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas I e IV estão corretas.

89. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, são requisitos essenciais para criação de Comarca, dentre outros:

- I. População mínima de vinte mil habitantes no Município que sediará a Comarca.
- II. Arrecadação anual de tributos estaduais não inferiores a quinhentas vezes a média do salário mínimo vigente.
- III. Mínimo de cinco mil eleitores inscritos.
- IV. Volume de serviço forense comprovado pelo Juiz da Comarca a que pertence o Município, com o mínimo de trezentos processos ajuizados no ano anterior.

- a) Apenas I e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e IV estão corretas.
- c) Apenas II e IV estão corretas.
- d) Apenas I, II e III estão corretas.

90. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assinale a alternativa correta:
- Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, dentre outras atribuições, organizar o programa de correições gerais ordinárias, designando os dias, horas e lugares em que dará audiências públicas, e visitar os cartórios, prisões e demais estabelecimentos vinculados à atividade correcional.
 - Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, dentre outras atribuições, determinar a abertura de concursos públicos.
 - Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, dentre outras atribuições, adotar as providências necessárias à elaboração e encaminhamento das propostas orçamentárias do Tribunal, solicitar créditos suplementares, adicionais e especiais, bem como requisitar as dotações orçamentárias destinadas ao Tribunal.
 - Compete ao Corregedor-Geral da Justiça, dentre outras atribuições, encaminhar aos órgãos competentes representações singulares ou coletivas, formuladas por magistrado, tendo por objeto assunto de interesse do Poder Judiciário ou reivindicações da magistratura.
91. Assinale a alternativa correta:
- Após o ressarcimento e complementação de renda mínima às serventias que praticam atos do registro civil das pessoas naturais, caso haja sobra de recursos, estes serão destinados ao desenvolvimento de ações de aprimoramento dos serviços judiciais, por meio de projetos vinculados à Corregedoria-Geral.
 - O saldo da arrecadação com o Selo de Fiscalização, depois de ressarcidos eventuais atos gratuitos, será utilizado, somente no que for necessário, para compor a renda mínima das serventias que praticarem atos do Registro Civil das Pessoas Naturais, exceto aquelas que estiverem anexadas a outros serviços, cuja arrecadação global supere o valor para percepção da renda mínima.
 - Após o ressarcimento e complementação de renda mínima às serventias que praticam atos do registro civil das pessoas naturais e registro de imóveis, caso haja sobra de recursos, estes serão destinados ao desenvolvimento de ações de aprimoramento dos serviços judiciais, por meio de projetos vinculados à Corregedoria-Geral.
 - Do valor arrecadado pelo Fundo de Informatização, Edificação e Aprimoramento dos Serviços Judiciários na aquisição dos Selos de Fiscalização pelas serventias extrajudiciais haverá ressarcimento aos oficiais pelos atos gratuitos especificados em Lei, destinando-se o saldo remanescente para o Fundo de Reparelhamento do Judiciário.
92. É obrigatória a aplicação do Selo de Fiscalização que integrará a forma de todos os atos notariais e de registro, observadas, dentre outras, as seguintes disposições:
- Cada ato notarial ou de registro praticado receberá um Selo de Fiscalização, que será utilizado sequencialmente.
 - Quando um documento possuir mais de uma folha e constituir vários atos, o Selo será colocado onde houver a assinatura do funcionário responsável pela lavratura.
 - Quando o documento possuir mais de uma folha e constituir apenas um ato, vários selos com a mesma numeração serão distribuídos pelo documento.
 - Pela autenticação de cópias de documentos únicos de identidade, CPF ou título de eleitor, será aposto apenas um Selo de Fiscalização.
- Apenas I e IV estão corretas.
 - Apenas II, III e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas I, II e III estão corretas.
93. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, as unidades do serviço notarial e de registro possuirão, dentre outros, os seguintes classificadores:
- Para cópias de ofícios expedidos.
 - Para ofícios recebidos.
 - Para guias de custas.
 - Para guias de recolhimento ao Fundo de Informatização, Edificação e Aprimoramento dos Serviços Judiciários.
- Todas estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Todas estão erradas.
 - Apenas II e IV estão erradas.
94. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, assinale a alternativa correta:
- Dentro do prazo de 10 (dez) dias da publicação de qualquer tabela que lhes diga respeito, os delegados do serviço notarial e de registro a afixará no seu ofício, em lugar bem visível e franqueado ao público.
 - O delegado do serviço notarial e de registro poderá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida de caráter específico sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições, despesas e questões trabalhistas.
 - O delegado do serviço notarial e de registro deverá formular consulta por escrito ao Juiz Corregedor Permanente para dirimir dúvida de caráter específico sobre cobrança de custas, emolumentos, contribuições e despesas.
 - Dentro do prazo de 5 (cinco) dias da publicação de qualquer tabela que lhes diga respeito, os delegados do serviço notarial e de registro a afixará no seu ofício, em lugar bem visível e franqueado ao público.
95. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, assinale a alternativa correta:
- A Serventia comunicará à empresa fornecedora, contratada pelo Tribunal de Justiça especialmente para esse fim, a devolução e reposição dos Selos de Fiscalização que eventualmente apresentem defeitos.
 - É vedado o repasse de selos de segurança, de uma unidade para outra do serviço extrajudicial, ficando o responsável pela serventia sujeito à punição por infração disciplinar.
 - Os responsáveis pelas Serventias Notariais ou Registrais deverão adquirir antecipadamente os Selos de Fiscalização por períodos semestrais, no mínimo, diretamente da empresa fornecedora, contratada pelo Tribunal de Justiça especialmente para esse fim, mediante identificação.
 - Os responsáveis pelas Serventias Notariais ou Registrais deverão comunicar o desvio, furto ou inutilização do Selo de Fiscalização à Polícia Judiciária, informando a quantidade e numeração, fazendo publicar no Diário da Justiça, providenciando as comunicações às Corregedorias das demais Unidades da Federação.
96. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, compete ao Tabelião de Notas, dentre outras funções:
- Lavratura de testamento e de sua revogação, e aprovação de testamento cerrado.
 - Reconhecimento de firma, letra ou chancela, bem como autenticação de cópia de documento.
 - A distribuição de títulos para protesto na capital.
 - Registrar os contratos, os atos constitutivos, os estatutos ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias.
- Apenas I e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas III e IV estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
97. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, assinale a alternativa correta:
- O protesto por falta de aceite não poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para aceite ou devolução.
 - Após o vencimento da obrigação, o protesto não poderá ser lavrado por falta de pagamento.
 - O protesto será tirado por falta de pagamento, aceite, devolução ou especialmente para fins falimentares.
 - As duplicatas mercantis sem aceite independem da comprovação de sua causa e da entrega e do recebimento da mercadoria, para que sejam tidas como exigíveis e possam ser protestadas.

98. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, em situações excepcionais, em que for dispensado o depósito prévio e o pagamento das custas e emolumentos, estes poderão ser exigidos nos seguintes momentos:
- I. Da desistência do pedido de protesto do título ou documento de dívida.
 - II. Do pagamento elisivo ou do aceite pelo devedor do título ou documento de dívida.
 - III. Do cancelamento voluntário ou judicial do protesto do título ou documento de dívida, inclusive os devidos pelo protesto.
 - IV. Da devolução judicial definitiva.
- a) Apenas I e II estão corretas.
 - b) Apenas II e III estão corretas.
 - c) Apenas III e IV estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.
99. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, o assento de óbito deverá conter, quando conhecidas, dentre outras informações:
- I. A hora, se possível, o dia, o mês e o ano do falecimento.
 - II. Se deixou filhos, nome e idade de cada um, mencionando se entre eles há interditos.
 - III. O prenome, o sobrenome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a profissão, a religião, nacionalidade, o domicílio e a residência do morto.
 - IV. Se era eleitor.
- a) Apenas I e II estão erradas.
 - b) Apenas III está errada.
 - c) Apenas IV está errada.
 - d) Apenas II e III estão erradas.
100. De acordo com as Diretrizes Gerais Extrajudiciais, assinale a alternativa correta:
- a) A exigência de visto de advogado não se estende às emendas ou reformas dos atos constitutivos e estatutos das sociedades civis.
 - b) É vedado o registro de quaisquer atos relativos às associações e sociedades civis, se os atos constitutivos não estiverem registrados no ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - c) Os atos constitutivos e os estatutos das sociedades civis só serão admitidos a registro e arquivamento quando elaborados por advogados.
 - d) É vedado, na mesma Comarca, o registro de sociedades, associações e fundações, com a mesma denominação, salvo se a natureza da atividade for distinta.